

Considerando que:

O Instituto Geográfico Português (IGP), integrado no Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, é a autoridade nacional de cartografia, geodesia e cadastro, e tem por missão assegurar a execução da política nacional de informação geográfica de base, competindo-lhes a regulação do exercício daquelas actividades, a homologação de produtos, a coordenação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação Geográfica e a promoção da investigação no âmbito das Ciências Geográficas;

Compete, em especial, ao IGP suportar o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG) através da promoção e realização de investigação e desenvolvimento nos domínios das metodologias e das tecnologias de produção e exploração de informação geográfica, criação de novos serviços e produtos de informação geográfica e descoberta de novas áreas de exploração e utilização de informação geográfica;

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) é o organismo do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional encarregado do estudo, concepção, coordenação, planeamento e apoio técnico e normativo na área da gestão do ambiente e da promoção do desenvolvimento sustentável, da prossecução das políticas que visem a participação e informação dos cidadãos e das organizações não governamentais de defesa dos valores e qualidade ambientais;

Compete, em especial, à APA assegurar e manter o sistema de informação de referência para os dados ambientais e coordenar a produção de indicadores e inventários que reflectam o estado actual e as tendências de desenvolvimento das componentes ambientais a nível nacional;

A APA garante a coordenação e o acompanhamento das políticas e iniciativas da União Europeia e é o ponto focal em Portugal da Agência Europeia do Ambiente (EEA);

A APA, na qualidade de Ponto Focal Nacional para a Agência Europeia do Ambiente (AEA), assumiu a responsabilidade, a nível nacional, pela coordenação de todas as actividades relacionadas com o projecto CORINE Land Cover 2006 (CLC2006) – projecto de actualização do inventário CORINE Land Cover (CLC) com base em imagens de satélite do ano 2006, lançado pela Agência Europeia do Ambiente e pelo Joint Research Center;

O IGP é o Centro Nacional de Referência da Agência Europeia do Ambiente para uso do solo e informação espacial (NRC-LUSI);

De acordo com o documento da Agência Europeia do Ambiente “Terms of reference and template for CLC2006 national project plans” os NCR’s-LUSI são as autoridades nacionais para a execução do CLC2006;

é celebrado entre:

- O Instituto Geográfico Português, com sede na Rua da Artilharia I, n.º 107, em Lisboa, representado pelo seu Director-Geral, Eng.º Arménio dos Santos Castanheira,

e

- A Agência Portuguesa do Ambiente, com sede na Rua da Murgueira, 9 / 9A, na Amadora, e representado pelo seu Director-Geral, Prof. António Gonçalves Henriques,

o presente contrato que se rege nos termos das seguintes cláusulas:

### **Cláusula Primeira**

#### **Objecto**

O presente contrato tem por objecto cumprir os objectivos e metas do projecto CLC2006 para Portugal Continental e que são:



1. Produção da cartografia CLC-alterações 2000-2006 para Portugal Continental, com base em imagens de satélite de 2000 e 2006;
2. Produção da cartografia CLC2006;
3. Validação dos mapas de floresta e de zonas construídas, de grande resolução, a disponibilizar pela Agência Europeia do Ambiente.

### **Cláusula Segunda**

#### **Especificações Técnicas**

As especificações técnicas do projecto constam do documento complementar, anexo ao presente contrato, que faz parte integrante do mesmo.

### **Cláusula Terceira**

#### **Financiamento do Projecto**

A produção do CLC2006 é financiada conjuntamente pela Agência Portuguesa do Ambiente, pela Agência Europeia do Ambiente e pelo Instituto Geográfico Português, de acordo com os seguintes montantes:

- a) APA – € 86.138 (oitenta e seis mil cento e trinta e oito euros);
- b) EEA - € 23.854 (vinte e três mil oitocentos e cinquenta e quatro euros);
- c) IGP - € 16.404 (dezasseis mil quatrocentos e quatro euros).

### **Cláusula Quarta**

#### **Direitos e Deveres das Partes**

1 – O Instituto Geográfico Português compromete-se a:

- a) Produzir as cartografias CLC-alterações 2000-2006 e CLC2006;
- b) Validar os mapas de floresta e de zonas construídas, de grande resolução, a disponibilizar pela Agência Europeia do Ambiente;

- c) Redigir um relatório sintético sobre a produção e validação das cartografias referidas nos pontos anteriores.

2 – A Agência Portuguesa do Ambiente compromete-se a pagar o montante referido na alínea a) da Cláusula Terceira nas seguintes prestações:

- a) 20% (dezassete mil duzentos e vinte e sete euros e sessenta cêntimos) com a entrega do relatório de instalação e metodologias
- b) 30% (vinte e cinco mil oitocentos e quarenta e um euros e quarenta cêntimos) com relatório de progresso relativo à tarefa 1
- c) 30% (vinte e cinco mil oitocentos e quarenta e um euros e quarenta cêntimos) com relatório de progresso relativo à tarefa 1.
- d) 20% (dezassete mil duzentos e vinte e sete euros e sessenta cêntimos) com a entrega dos produtos finais

#### **Cláusula Quinta**

##### **Propriedade dos Dados**

Os dados produzidos no âmbito deste contrato são propriedade das 3 instituições envolvidas: a Agência Europeia do Ambiente, a Agência Portuguesa do Ambiente e o Instituto Geográfico Português.

#### **Cláusula Sexta**

##### **Prazo para Entrega dos Produtos**

1 - O IGP compromete-se a entregar os produtos finais à APA no prazo de 12 meses a contar da data da assinatura do presente contrato.

2 – Em caso de impossibilidade de cumprimento deste prazo, o IGP compromete-se a avisar a APA, com a antecedência mínima de 60 dias.

### **Cláusula Sétima**

#### **Alteração ou Revisão do Contrato**

1 – O presente Contrato poderá ser objecto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta formulada nesse sentido, por qualquer das entidades signatárias.

2 – Uma vez aceites e validadas, através de assinatura dos representantes legais das entidades signatárias, as propostas de alteração ou revisão são aditadas ao Contrato, dele passando a fazer parte integrante.

### **Cláusula Oitava**

#### **Vigência**

O presente Contrato vigorará pelo período em que decorrer o projecto.

### **Cláusula Nona**

#### **Resolução**

1 – A qualquer das entidades signatárias é conferido o direito à resolução do Contrato, caso se verifique ter havido da outra parte incumprimento reiterado das obrigações nele expressas ou daí decorrentes.

2 – Não serão considerados factores que determinem incumprimento ou que resultem de causas externas à vontade dos signatários.



## **Cláusula Décima**

### **Interpretação**

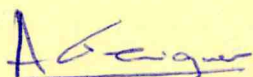
As dúvidas suscitadas pela aplicação do presente Contrato serão esclarecidas por comum acordo entre as entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na Cláusula Primeira.

02 de Outubro, 2007



Director-Geral do Instituto Geográfico Português

Eng.º Arménio dos Santos Castanheira



Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente

Prof. António Gonçalves Henriques